

OBSERVARE 2nd International Conference

2 - 3 July, 2014

II Congresso Internacional do OBSERVARE

2 - 3 Julho, 2014



Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>



António da Silva, “o primeiro herói do concelho de Arganil”

João Figueira¹

Introdução

António da Silva, soldado português integrante do contingente do Corpo Expedicionário Português, morreu em combate em finais de Agosto de 1917, no Norte de França; tinha 23 anos, era analfabeto, deixava “viúva” e um filho.

Destinado a ter uma vida demasiado comum e anónima, “igual aos seus iguais”, acabaria por ter uma vida curta, seguramente mais agitada do que teria imaginado, mais aventureira do que poderia ter sonhado, conheceria um “pouco de Mundo”, e morreria na frente de combate, cumprindo o seu dever e os desígnios que, porventura, nunca terá sabido quais eram ou de quem eram.

António da Silva era um homem simples cuja vida se poderia confundir com a de milhões de outras suas contemporâneas e, nesse sentido, a sua vida é também um pouco a de todos eles; o que torna relevante o seu percurso é o de ser resgatado do anonimato normalmente reservado aos soldados que travam as guerras no campo de batalha, ao mesmo tempo que se celebram aqueles que as provocam, os que as comandam e a que, normalmente, a elas escapam com vida; ao António da Silva e a todos os outros “Antónios” está reservado o esquecimento, a invisibilidade ou, no limite, a “identificação” com o «soldado desconhecido»; António da Silva “poderia ser” o «soldado desconhecido».

António da Silva nasceu numa pequena aldeia do concelho de Arganil, circunstância que determinou que a sua incorporação acontecesse no Regimento de Infantaria n.º 23, sediado em Coimbra e, por isso, cruzaria o seu destino comum com outros homens seus iguais, ou seja, da mesma proveniência regional, com antecedentes semelhantes e com desafios, desejos e receios que se adivinhavam também comuns.

Mas as circunstâncias desta época muito peculiar fariam com que na sua curta carreira militar, considerando o período após a sua mobilização em meados de Fevereiro de 1917, até à sua morte em Agosto seguinte, cerca de seis meses, ainda tivesse oportunidade para se cruzar com alguns dos seus protagonistas, como o seu capitão de regimento André Brun, o autor de *A malta das trincheiras*.

¹ Colaborador do GHES - Gabinete de História Económica e Social, do ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, da UL - Universidade de Lisboa.

O soldado António da Silva morreria em Agosto de 1917 nas proximidades de Neuve Chapelle, no nordeste de França. Alguns dias depois ao noticiar a sua morte, o jornal *A Comarca de Arganil* intitularia a notícia desta forma: «O primeiro heroe do concelho de Arganil».

À sua partida, a premonição de que não regressaria da guerra, ou as preces que terá dirigido ao “Cristo das Trincheiras”, imagem que encimava e “dominava” a *terra de ninguém* entre as trincheiras em Neuve Chapelle, de nada valeria ao soldado António da Silva; morreria à sua “vista” e ficaria sepultado num cemitério francês, muito longe de casa.

1. Dados biográficos

António da Silva nasceu em Vinhó, aldeia da freguesia de Vila Cova de Alva (Arganil), cerca das oito horas da noite de quarta-feira 8 de Novembro de 1893, filho de Luís Augusto, também conhecido como Luís da Silva, e de Ana Madeira, ambos naturais de Vinhó; os seus avós paternos eram Manuel Nunes da Silva e Maria Paula, e os avós maternos eram António Lopes da Fonseca e Ana Madeira; posteriormente o seu nome também é referido como «António da Silva Madeira» em diversa documentação.

Foi baptizado em Vila Cova de Alva no dia 3 de Dezembro de 1893, tendo como padrinho João da Cruz e Almeida e como madrinha a esposa deste, Maria da Natividade.

António da Silva era o mais novo de cinco irmãos, Manuel e José, este nascido em Julho de 1887, e ainda a Maria Ângela nascida em Julho de 1889, e a Maria Emília nascida em Dezembro de 1890.

Teve uma juventude comum à dos seus conterrâneos, ou seja, ocupada na ajuda aos trabalhos agrícolas dos seus pais, e alguns momentos de lazer nas poucas ocasiões festivas que o calendário religioso estabelecia, com particular destaque para a 2.º feira de Páscoa dia em que na aldeia celebravam o seu santo padroeiro, o Santo Antão.

Nunca frequentou a escola primária que, à época, existia apenas na sede de freguesia, em Vila Cova de Alva, mas que distava cerca de 5 quilómetros facto que, conjugado com a necessidade de ajudar a família nos trabalhos agrícolas, determinou que não chegasse a andar na escola.

Para além dos trabalhos agrícolas aprenderia ainda a profissão de canasteiro, profissão muito comum nos meios rurais e que o ocupava nos tempos que os trabalhos na agricultura deixavam disponíveis.

No decorrer de 1915 envolveu-se afectivamente com uma sua conterrânea da mesma idade – nasceu a 7 de Dezembro de 1893, filha de Maria Augusta e de pai desconhecido –, de seu nome Adelina, mais tarde conhecida como a “Lindinha”, tendo dessa relação nascido uma criança do sexo masculino em 19 de Abril de 1916, baptizado com o nome de António (mais tarde, de nome completo António Nunes Pinto ou, simplesmente como “o Madeira”); António da Silva não chegaria a contrair matrimónio com a mãe do seu filho, situação que determinaria que nem ela nem o filho de ambos tivessem tido o reconhecimento para efeitos legais, nomeadamente os

necessários para beneficiar da pensão de sangue. A “viúva” de António da Silva viria a falecer em 12 de Abril de 1985, contava então 91 anos de idade, e o seu filho com 78 anos de idade, no último dia do ano de 1994.

António da Silva viria a falecer nos arredores da localidade de Neuve Chapelle, em França, na sexta-feira 24 de Agosto de 1917, contando então apenas 23 anos de idade.

2. O percurso militar

António da Silva fez parte do grupo de recenseamento militar de 1913, integrando o grupo de 16 mancebos da freguesia de Vila Cova de Alva recenseados nesse ano; desse grupo, três eram naturais da aldeia de Vinhó, um dos quais António da Silva, sendo os outros dois o trabalhador rural José Madeira, e o outro o caixeiro José Francisco Filipe, todos nascidos em 1893; este último seria dispensado do serviço militar por ser possuidor de deficiência.

Assentou praça como recruta em Coimbra integrando o Regimento de Infantaria n.º 23, no quartel instalado no Convento de Sant` Ana, em 28 de Julho de 1913, aonde lhe coube o n.º 12; presente no Regimento de Infantaria n.º 23, foi incorporado no 1.º Batalhão em 13 de Maio de 1914, sendo-lhe aqui atribuído o n.º 166 e integrando a 4.ª Companhia; de acordo com a sua ficha de matrícula tinha cerca de 1,73 cm de altura, cabelo e olhos castanhos, e o rosto alongado.

No âmbito do seu serviço militar merece uma especial referência o período de 5 de Maio de 1916 em diante quando António da Silva, conjuntamente com dezenas de milhares de outros mancebos recrutados esteve em formação militar em Tancos, situação decorrente da entrada de Portugal na guerra contra a Alemanha em Março de 1916, e da decisão do governo português de enviar um contingente militar para a frente de guerra na Flandres.

A ordem de mobilização foi decretada em 18 de Fevereiro de 1917. À partida da aldeia, a caminho da incorporação chorava convulsivamente e, ao chegar a um local à saída da aldeia denominado 'à Cruz', ter-se-á voltado para trás e exclamado:

“adeus Vinhó, que nunca mais cá volto”.

O Regimento de Infantaria n.º 23 que juntamente com o 35, 7 e 24, constituíam a 2.ª Brigada do Corpo Expedicionário Português, embarcou para França num navio inglês designado, por razões de segurança, apenas pela letra “B”², no dia 22 de Fevereiro de 1917; o contingente de tropas portuguesas era comandado pelo major João M. de Serra Consulado. Este efectivo era composto por um total de 1.108 militares, repartidos entre 25 oficiais, 33 sargentos e 1.050 cabos e soldados; entre estes contava-se o soldado António da Silva que fazia aqui a primeira (e única) viagem marítima da sua vida, algo que estaria muito longe de adivinhar alguns anos antes; mas

² Os sete navios cedidos pelos ingleses para o transporte dos militares portugueses chamavam-se «Bellerophon», «City of Banares», «Inventor», «Bohemian», «Rhesus», «Flavia» e «Lasmédon»; para além destes ainda estavam afectos a este transporte 2 navios portugueses, o «Pedro Nunes» e o «Gil Eanes».

enquanto a larga maioria viria também a fazer a viagem de volta tendo, por isso, uma história “para contar”, a sua história seria contada por outros.

A chegada ao porto francês de Brest ocorreu após quatro dias de viagem, em 26 de Fevereiro, seguindo o contingente de tropas portuguesas dali por comboio para a localidade de Enquin-les-Mines, aonde se fixou durante cerca de dois meses até 26 de Abril seguinte.

Logo no dia seguinte à sua chegada ao porto de Brest, a 27 de Fevereiro, António da Silva deu entrada no hospital aonde viria a permanecer até 3 de Março de 1917, altura em que teve alta.

Nas proximidades da localidade de Enquin-les-Mines e ao longo das semanas seguintes realizaram-se algumas actividades visando dotar aqueles militares recém-chegados de alguma instrução para as acções militares que se avizinhavam e donde seguiriam para as primeiras linhas de combate, integrando-se nas zonas aonde estavam instaladas as tropas inglesas.

O Regimento de Infantaria n.º 23 viria a ocupar posições nas trincheiras em Maio de 1917, assumindo a responsabilidade da defesa do sector em Junho seguinte. Desde 23 de Maio até aos fins de Novembro de 1917, a ocupar as primeiras linhas do sector de Neuve Chapelle.

Este Regimento era comandado pelo capitão – e também escritor – André Brun, autor do livro *A malta das trincheiras*, obra que constitui, precisamente, um importante testemunho da experiência vivida pelas tropas portuguesas do Corpo Expedicionário Português na Primeira Grande Guerra, concretamente pelo Regimento de Infantaria n.º 23 de que fazia parte o soldado António da Silva.

Inicialmente este Regimento entrou em várias operações militares mas apenas de pequena escala, ocorrendo o primeiro verdadeiro teste à sua capacidade a 14 de Agosto de 1917 quando o sector por que estava responsável foi atacado por um Batalhão de assalto - *Sturm*, integrado no VI Exército alemão, e comandado pelo capitão F. Kubell. Após um prévio bombardeamento das linhas e das trincheiras, seguiu-se um ataque terrestre ao seu flanco esquerdo, flanco ocupado pelo Regimento de Infantaria n.º 35, obrigando os dois Regimentos – ambos de Coimbra – a repelirem conjuntamente aquele ataque.

As trocas de tiros mais ou menos esporádicas deveriam ser comuns nas linhas da frente de combate; terá sido num dessas ocasiões que o soldado António da Silva viria a falecer na sexta-feira 24 de Agosto de 1917; e cuja causa da morte se conhece: ferimentos recebidos na 1.ª linha da frente de combate, sorte partilhada com o seu camarada de companhia, o soldado José de Matos, que morreria no mesmo dia. Segundo o testemunho de companheiros seus conterrâneos que mais tarde descreveram as circunstâncias da sua morte, esta terá ocorrido:

«quando motivado pela curiosidade sobre o local de proveniência dos obuses que caíam sobre as linhas portuguesas, e de forma imprudente, ter-se-á

levantado acima da trincheira e ficado exposto às balas alemãs que lhe cortaram o pescoço, rolando a sua cabeça pelo chão separada do resto do corpo»³.

Segundo um outro testemunho – talvez mais fiel à realidade –, este do 2.º sargento José da Conceição Silva, do 1.º grupo de prisioneiros do CEP, em carta datada de 26 de Agosto de 1917 enviada ao jornal *A Comarca de Arganil*, e neste publicada a 27 de Setembro seguinte, nela dando conta da morte do soldado António da Silva, a morte teria sido “produzida por estilhaços dum morteiro”, e acrescentando que na mesma ocasião teria ficado ferido um outro soldado do concelho de Arganil, o soldado n.º 177, Eugénio Duarte, de Salgueiral, da freguesia de Pombeiro da Beira; acrescentava ainda:

“Valentes soldados! Estavam no seu posto e ahi pagaram á Pátria o seu tributo de sangue. Não eram covardes, eram verdadeiros soldados portugueses que partiram sem hesitações nem tibiezas para onde o dever os chamava.

Os que veem perder, com honra, a sua vida nos campos de batalha devem ser sempre lembrados, mas chorados nunca!”⁴.

Seria sepultado no coval n.º B.2 - plot 2.º, no cemitério de Vieille Chapelle, no departamento de Pas-de-Calais, na região de Nord-Pas-de-Calais, em França, localidade perto de Lille e da fronteira com a Bélgica. Posteriormente, no decorrer de 1925, seria reinhumado para o Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué – Talhão 4 – Fila D – Coval 2, um pouco a sul de Vieille Chapelle.

O testemunho da sua morte seria relatado por alguns dos seus companheiros de armas que partilharam com António da Silva, as vicissitudes de uma época peculiar que tinha “arrancado” homens comuns para uma vida aventureira mas cheia de perigos; alguns desses homens, como o José Marques – que viria a falecer em Abril de 1993, com 101 anos de idade –, o Albano Gouveia, o Constantino Simões, o Arnaldo Fernandes, o António Miguel, o José Leal, o Albertino Nunes Mota, o José Esponso, ou o Manuel dos Santos Dinis – natural de Pomares (Arganil), falecido em Outubro de 1989 com 94 anos de idade –, todos com origens na região e nas aldeias próximas da sua, que puderam muitas décadas mais tarde contar as suas histórias-testemunho daquela que teria sido, porventura, uma das maiores “aventuras” das suas vidas.

No respeitante ao tempo de serviço activo militar este totalizou os 728 dias, repartidos entre os anos de 1914 e 1917:

1914 – 108 dias + 13 dias =	121 dias;
1915 – 120 dias + 10 dias =	130 dias;
1916 –	241 dias;
1917 –	236 dias;
TOTAL =	728 dias.

³ Testemunho oral do filho de um soldado camarada de António da Silva, relembrando a descrição feita pelo seu pai.

⁴ *A Comarca de Arganil*, n.º 860, de 5.ª feira, 27 de Setembro de 1917, pp. 1-2.

Neste mesmo período o soldado António da Silva esteve internado no hospital para tratamento por diversas vezes e, para além disso, teve também alguns períodos de licença por convalescença, num total de 51 dias, respectivamente:

1914 – 3 dias + 4 dias =	7 dias;
1915 – 27 dias + 12 dias =	39 dias;
1917 –	5 dias;
TOTAL =	51 dias.

Os 5 dias referentes a 1917 registaram-se logo após a sua chegada ao porto de Brest, como atrás referido, de 27 de Fevereiro até 3 de Março seguinte.

3. Em memória de António da Silva

A morte do soldado António da Silva seria notícia no jornal *A Comarca de Arganil* de 27 de Setembro de 1917, pouco mais de um mês após o seu falecimento, incluindo o seu nome num quadro de honra em que inscrevia os nomes dos primeiros soldados da região “caídos gloriosamente nos campos de batalha da grande guerra”; dessa lista constavam António da Silva com outros 2 companheiros de armas, João Baptista Gil, de Soeirinho (Pampilhosa da Serra), soldado n.º 241, da 3.ª Companhia do Regimento de Infantaria 35, falecido em 8 de Julho de 1917, e com Francisco Antunes, de Povorais (Góis) – soldado n.º 138, da 1.ª Companhia do Regimento de Infantaria 23, falecido em 9 de Julho de 1917, ambos mortos em combate.

No entanto o destaque maior reservou-o *A Comarca de Arganil* para o soldado António da Silva, porque natural do concelho de Arganil a ele se referindo, no número seguinte do seu jornal – de 4 de Outubro de 1917 –, como “O PRIMEIRO HEROE DO CONCELHO DE ARGANIL”.

Cerca de um mês depois a revista *Ilustração Portuguesa*, que durante o conflito deu um importante destaque à presença das tropas portuguesas nos teatros de guerra, realçando o que considerava mais relevante da realidade vivida pelos militares em campanha, incluía uma rubrica em que destacava os falecidos na frente de combate inserindo, inclusive, a sua fotografia; na sua edição de 5 de Novembro de 1917 publicou a notícia da morte de 3 soldados com as respectivas fotografias: de José Pereira Viana, do Regimento de Infantaria n.º 5, de Américo Teixeira, do Regimento de Infantaria n.º 20, e a de António da Silva.

A distinção como herói já de nada valeria a António da Silva; destinado a ter uma vida discreta, anónima e normal e que terminou, deixando um filho sem pai, uma “viúva”, uma família mais pobre, e uma vida demasiado curta mesmo para uma época de vidas curtas.

André Francisco Brun foi autor de uma das mais celebradas obras literárias sobre o quotidiano dos militares portugueses na Grande Guerra, a obra *A malta das trincheiras*, escrito entre 1917 e 1918 a partir da sua própria experiência; embarcou de Lisboa para França em Abril de 1917 com a patente de capitão, vindo a ser-lhe atribuído o comando de Infantaria n.º 23 que manteria

até ao início de Agosto de 1918 quando regressou a Portugal, e ainda a promoção a major por feitos na qualidade de comandante daquela unidade.

Na referida obra André Brun apresenta, sob a forma de contos, uma série de episódios da Infantaria n.º 23 no contexto da guerra, desde o dia-a-dia, as ilusões, as personalidades, os receios, as esperanças, o carácter, entre outros aspectos, dos homens que lhe tinha cabido comandar, sendo que um deles era o soldado António da Silva; a este não caberia o protagonismo de nenhum desses contos, mas a proximidade com o universo de que era originário um outro protagonista do episódio “José Maria Folgadinho «lázudo» da Grande Guerra”, faz com que António da Silva esteja “presente” no espírito daquele, e também de outros contos, através duma familiaridade que se adivinha muito próxima com aquela que deveria ser a sua própria experiência tanto anterior como no ambiente da guerra; António da Silva acaba, por isso, por ser também uma das personagens de *A malta das trincheiras* que André Brun tornou uma das mais emblemáticas de todas as que foram escritas em Portugal sobre este tema.

Foram dezenas as unidades militares que integraram o CEP com destino à Flandres para combater na Grande Guerra tendo um número apreciável delas, e para além dos muitos escritos sobre essa participação encarada de forma mais global, sido objecto de textos específicos sobre a sua “própria história” nesse conflito, entre estes conta-se o Regimento de Infantaria n.º 23 do soldado António da Silva, sobre o qual Horácio de Assis Gonçalves, tenente de infantaria do Regimento de Caçadores n.º 5, escreveria *O vinte e três: efemérides biográfico-sintéticas deste Regimento desde a sua origem (1808) até aos nossos dias (1922)*, saído em 1926; embora o episódio da morte de António da Silva não venha mencionado nesta obra tal como, de resto, no caso da anteriormente referida obra de André Brun, mas também neste caso o perfil de António da Silva se pode perceber nos episódios, nos comportamentos ou nos momentos vividos pelos militares aqui “contados”.

Os “aplausos”, os “vivas” e o ambiente de festa com que o Regimento de Infantaria n.º 23 seria recebido em Coimbra aquando da sua madrugada – o comboio com estes militares deu entrada na Estação Velha às 5 horas da manhã – chegada a esta cidade em 19 de Junho de 1919, ou seja, mais de meio ano depois do fim da guerra, e quase dois anos depois da morte de António da Silva, não permitia a lembrança dos caídos em combate e que agora não voltavam; o soldado António da Silva ficara para trás, sepultado em Vieille Chapelle, em França, muito perto de onde tinha morrido; nunca regressaria à sua pátria, à sua aldeia, ou à sua família.

No decorrer dos anos 1930 foi colocada uma lápide junto à entrada do edifício do quartel, inaugurada em 9 de Abril de 1933, data coincidente com o 15.º aniversário da batalha de La Lys, com o nome dos militares daquela unidade falecidos em combate; o nome do soldado «António da Silva» consta da lista dos militares mortos nas várias frentes de combate durante a I Grande Guerra – Angola, Moçambique e França –, lista gravada na pedra e afixada na parede

lateral direita da entrada do Quartel-General da Brigada de Intervenção, em Coimbra; esta placa é intitulada como “Homenagem aos mortos desta unidade na Grande Guerra – 1914-1918”. Da lista dos militares da 4.^a Companhia, do Regimento de Infantaria n.º 23, que morreram em França no decurso da Grande Guerra, ou em consequência directa dos ferimentos aí contraídos, constam⁵:

- | | |
|---|--|
| 1.º Cabo - António Ferreira Sardinha, n.º 396 | - 25 Março 1919, no Canadian G. Hospital; |
| “ - Casimiro Rodrigues, n.º 498 | - 6 Janeiro 1918, na 1. ^a linha; |
| Soldado - José de Matos, n.º 117 | - 24 Agosto 1917, na 1. ^a linha; |
| “ - António da Silva, n.º 166 | - 24 Agosto 1917, na 1. ^a linha; |
| “ - António Carvalho, n.º 296 | - 18 Agosto 1917, no Hospital n.º 26; |
| “ - João Simões Donário, n.º 406 | - 28 Outubro 1917, na 1. ^a linha; |
| “ - José Alves Pamão, n.º 492 | - 24 Junho 1918, no acampamento do P.E.; |
| “ - Joaquim da Cruz, n.º 519 | - 16 Novembro 1918, no H. B. 1; |

Considerando os mortos nas 4 companhias que compunham o Regimento de Infantaria n.º 23, e incluindo as que resultaram de doença adquirida em campanha mas que faleceram já após o fim da guerra nos anos seguintes até 1922, o total foi de 36.

O interesse em homenagear e perpetuar a memória dos militares caídos em combate cuja identidade não tinha sido possível determinar – «os soldados desconhecidos» – ocorreu após a guerra, tendo a França sido pioneira nessa intenção que foi seguida por outros países beligerantes no conflito, nomeadamente por Portugal; para monumentalizar essa homenagem, e à imagem daquilo que os franceses tinham realizado, o governo português determinou a exumação de dois soldados (desconhecidos) portugueses, um sepultado na Flandres e o outro de África, este de Moçambique representando, assim, as duas frentes de combate em que Portugal tinha estado envolvido, para serem trasladados para o Panteão Nacional do Mosteiro da Batalha. Os corpos seriam colocados sob uma pedra tumular na Sala do Capítulo, no Mosteiro da Batalha, no 3.º aniversário da batalha de La Lys episódio referencial da participação de Portugal na Grande Guerra, em 9 de Abril de 1921.

Passados outros três anos, em 9 de Abril de 1924, e também desta vez seguindo o exemplo da França, foi aduzido um segundo elemento a este monumento, a “Chama da Pátria” (ou Lampadário), elemento complementar ao túmulo dos soldados desconhecidos, que foi acesa naquela data e cuja chama se mantém desde então sempre alimentada por uma torcida embebida em azeite português. Este lampadário foi executado a partir de um projecto elaborado por António Augusto Gonçalves, tendo a sua execução ficado a cargo do mestre-ferreiro Lourenço

⁵ De acordo com a lista constante em AAVV (1922). *Livro de ouro da Infantaria MCMXIV-MCMXVIII*. Lisboa: s. e., pp. 278-279; e em Gonçalves, Horácio de Assis (1926). *"O Vinte e Três": efemérides biográfico-sintéticas deste Regimento até aos fins da Grande Guerra*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, pp. 204-205.

Chaves de Almeida, 1.º Sargento Serralheiro do Regimento de Infantaria n.º 23, o mesmo do soldado António da Silva.

Este conjunto monumental é ainda composto por um 3.º elemento, uma escultura baptizada como o “Cristo das trincheiras”, imagem oferecida pelo governo francês em Abril de 1958 acedendo ao interesse manifestado pelo governo português e que, desde essa altura, está colocada na Sala do Capítulo, no Mosteiro da Batalha, junto ao túmulo do «soldado desconhecido», sendo todo o monumento guardado em permanência por dois soldados em guarda de honra. O “Cristo das Trincheiras”, assim baptizado por estar colocado junto a um cruzamento de duas ruas de uma pequena aldeia francesa, mas que em virtude da violência dos bombardeamentos e dos disparos entre as duas frentes foi sucessivamente mutilado mas resistindo à destruição completa, manteve-se no meio das ruínas da aldeia localizada nas imediações do sector ocupado pelas tropas portuguesas entre as localidades de Lacouture e de Neuve Chapelle, nas proximidades de onde o Regimento de Infantaria n.º 23 estava instalado, e a que pertencia o soldado António da Silva e aonde viria a falecer. Curiosa a coincidência de um dos maiores ícones da memória da Grande Guerra e usado inclusive para a perpetuar no seu mais emblemático monumento, poder estar também “presente” e associado ao soldado António da Silva, porque a esta imagem se referem os seus camaradas de armas nas lembranças da sua presença nas trincheiras da Flandres como elemento que fazia parte do seu horizonte, ou seja, que estava à sua vista; talvez António da Silva lhe tenha dirigido algumas das suas preces, ele e porventura muitos dos seus camaradas de armas.

O soldado António da Silva pouco deverá ter sido lembrado ao longo do tempo; as excepções deverão ter sido a sua “viúva”, que nunca se casaria e que viria a ter ainda mais uma filha de uma outra relação, o seu filho – António Nunes Pinto – que não teve tempo para conhecer o pai já que este morreu tendo aquele menos de 1 ano e meio de idade, os seus pais que reclamariam a pensão de sangue – título n.º 17.381 – pela morte do seu filho, que receberiam enquanto foram vivos – a mãe faleceria em Março de 1924, e o pai em Março de 1930 –, deixando a “viúva” e o filho ao abandono sem qualquer ajuda ou reconhecimento.

O filho do soldado António da Silva que a “viúva” deixaria na aldeia para recomeçar uma nova vida em Lisboa, seria criado por uma das suas irmãs, a Maria Madeira, e a “viúva” quando vinha de visita à aldeia era também recebida em sua casa que, desse modo, mitigava um pouco o abandono a que o resto da família tinha votado a “viúva” e o seu filho.

4. Os “Antónios” na Grande Guerra

A historiadora Isabel Pestana Marques na sua obra publicada em 2002, *Os portugueses nas trincheiras. Um quotidiano de guerra*, apresenta diversos elementos sobre o perfil dos militares mobilizados para a guerra na Flandres; tomando a liberdade de me servir de alguns desses dados como pretexto para caracterizar António da Silva no contexto dos mais de 55 mil militares

chamados a combater em França, pode chegar-se à conclusão que o seu perfil é o que corresponde ao tipo mais comum destes militares em muitos dos indicadores referidos.

Aquele universo que totalizava 55.165 efectivos estava repartido entre damas e praças enfermeiras, num total de 90, ou seja, 0,15% do total; seguiam-se os oficiais em número de 3.376, que representavam 6,12% do total (PESTANA: 2002, p. 330); e, finalmente, os soldados e cabos, as patentes mais baixas, que representaram os restantes 93,74%, correspondentes a 51.709 efectivos, entre eles o soldado António da Silva, o que significa que o contingente de que fazia parte era claramente o mais representativo do perfil dos militares mobilizados no contexto do CEP.

Usando mais uma vez os valores referidos por Isabel Pestana Marques quanto à distribuição do efectivo mobilizado acerca das armas mais representadas, destaque para a arma de Infantaria que representava quase 65% do total, correspondente a 35.631 militares, seguindo-se em grandeza, embora já com um valor muito mais baixo, a Artilharia com 17,44%, ou seja, 9.622 militares; as outras armas mobilizadas repartiam-se entre Engenharia, Cavalaria, ou Serviços de Saúde, a Administração Militar, entre outros. Também aqui o soldado António da Silva integrava a arma mais representativa do perfil dos efectivos mobilizados para França.

Remetendo ainda para fonte atrás referida, e tendo em conta a natureza do alistamento, Isabel Pestana Marques refere que do contingente de militares que compôs o CEP mais de 70% foi-o na qualidade de recrutados para o efeito, concretamente 70,95%, seguindo-se em grandeza os voluntários, que representaram 27,98%, sendo as outras modalidades de mobilização repartidas entre “refractários”, “compelidos”, “contratados” e “substitutos” (PESTANA: 2002, p. 333). Também neste aspecto o exemplo do soldado António da Silva é representativo, pois o seu alistamento no contingente do CEP decorreu de ter sido recrutado.

Usando ainda uma última vez os dados de Isabel Pestana Marques quanto ao estado civil dos militares integrantes do CEP, temos que o grupo mais numeroso era o dos “solteiros”, representando 73,22% do total⁶, seguindo-se os “casados” com 25,95%, sendo os viúvos e os “divorciados” já em valor residual, respectivamente 0,81% e 0,02% (PESTANA: 2002, p. 332). O soldado António da Silva era, também neste caso, integrante do mais representativo grupo de militares mobilizados quanto ao estado civil, os “solteiros”.

Num documento de meados de 1921 intitulado *Relação nominal dos indivíduos falecidos por motivo de guerra, com indicação das pensões legadas, número e qualidade dos herdeiros, importância das pensões, segundo a lei francesa, e respectiva capitalização nos termos da mesma lei*⁷, para um universo de 1.353 casos considerados naquela relação, aponta para que o maior número de “pensões de sangue” tenham sido requeridas por “viúvas”, cerca de 48%

⁶ Neste caso o universo considerado pela autora respeita apenas a 50.041 dos 55.165 que compuseram o CEP.

⁷ Sobre este assunto ver João Figueira, “No rescaldo da Grande Guerra – a atribuição de pensões de sangue: aspectos sociais e económico-financeiros”, comunicação a apresentar no Encontro – *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e representações*, a realizar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 9 e 10 de Outubro de 2014, (texto no prelo).

daquele total, seguindo-se as “mães” com 28% e os pais – pai e mãe – com 16% do total; ou seja, com base na amostra considerada naquele documento a pensão de sangue referente ao soldado António da Silva foi requerida pelos pais já que, como atrás referido, a “viúva”, a mãe do seu filho, não foi elegível por não ser formalmente casada com ele; também aqui, e caso António da Silva se tivesse casado, a sua viúva faria parte do grupo mais numeroso dos requerentes de pensões de sangue, mas como tal não aconteceu o seu caso integraria o terceiro grupo mais elevado nesta matéria, o dos pais.

Finalmente, e ainda de acordo com o documento atrás referido, e quanto ao valor da pensão de sangue concedida aos familiares dos militares mortos na Grande Guerra, esse valor era o mais baixo concedido situação decorrente de António da Silva ter também a patente mais baixa; para a patente de soldado a pensão de sangue concedida por alturas do final da guerra em Novembro de 1918, era de 72\$00 escudos anuais, correspondentes a 6\$00 mensais; este valor era igual ao concedido por morte dos militares com a patente de “cabo”, enquanto as atribuídas por morte dos militares com as patentes mais elevadas eram as seguintes⁸: sargentos – 138\$60; alferes – 420\$00; tenente – 540\$00; capitão – 660\$00; major – 780\$00; coronel – 960\$00; e general – 1.560\$00.

Finalmente, e a título de curiosidade, refira-se o significado da pensão de sangue usufruída pelos pais do soldado António da Silva que, como referido, era de 6\$00 escudos mensais, concretamente o que representava este valor para o custo de vida em Janeiro de 1919, usando com referência o custo de alguns géneros comuns às necessidades de uma família.

Preços de alguns géneros - Porto (Janeiro 1919)⁹

Produto	Unidade	Preço
Açúcar	Kg	1\$40
Arroz	Kg	\$70
Bacalhau	Kg	\$85
Batatas	Kg	\$20
Feijão Frade	Kg	\$32
Leite	Litro	\$12
Ovos	Dúzia	\$60
Pão de Milho/Centeio	Kg	\$16
Peixe miúdo (sardinha, carapau, etc)	Cento	\$80

⁸ Os valores das pensões indicados para as diferentes patentes correspondem aos montantes mais comuns atribuídos, embora em alguns casos às mesmas patentes correspondessem valores algo diferentes decorrentes de vários factores como, por exemplo, o tempo de serviço.

⁹ “Preços dos géneros de primeira necessidade nos concelhos cujas sedes têm mais de 10.000 habitantes – Janeiro de 1919”, in *Boletim da Previdência Social*, n.º 8, de Maio a Dezembro de 1919, pp. 396-397. Contudo importa referir que os preços referidos eram muito díspares de região para região; refira-se, a título de exemplo, o caso do açúcar cujo preço por Kg que no Funchal era de apenas \$33 escudos, e de \$60 escudos em Loulé e em Évora, ou o caso do petróleo, que em Vila Nova de Gaia custava só \$22 escudos por litro, ou ainda o leite que em Coimbra custava \$24 escudos por litro.

Sobre este assunto ver também João Figueira, “No rescaldo da Grande Guerra – a atribuição de pensões de sangue: aspectos sociais e económico-financeiros”, comunicação a apresentar no Encontro – *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e representações*, a realizar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 9 e 10 de Outubro de 2014, (texto no prelo).

Petróleo	Litro	\$40
Sabão (para roupa)	Kg	\$54
Toucinho	Kg	1\$20
Vinho	Litro	\$16

O que significava que o valor mensal de 6 escudos de pensão pagos a uma família pela morte de um militar de uma patente baixa, não era sequer suficiente para a aquisição dos bens de primeira necessidade elencados nesta tabela, na quantidade de apenas uma unidade por género, e por maioria de razões numa época em que a taxa de inflação superava os 15% ao mês, conforme ocorreu sucessivamente entre os meses de Setembro de 1918 e Março de 1919.

Conclusão

Já no decorrer de 2014 o soldado António da Silva foi resgatado do esquecimento através de uma iniciativa tendente a perpetuar o seu nome de modo mais perene; em reunião da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anceriz, realizada em 5 de Abril de 2014 na localidade de Vinhó, precisamente a terra natal de António da Silva, foi apresentada uma proposta no sentido de atribuir à principal rua da aldeia o nome de “RUA ANTÓNIO DA SILVA”, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade naquela Assembleia aguardando-se, apenas, a sua ratificação em Assembleia Municipal do município de Arganil.

António da Silva, simples homem e simples soldado, um igual a milhares de seus contemporâneos não viveu a vida que “estava destinado” a viver, e por ter sido tão breve a sua vida deixaria poucos elementos para serem recordados; quase 100 anos depois em vez de ser definitivamente esquecido como tantos outros milhares de “Antónios”, foi o motivo de trabalho para apresentação no II Congresso Internacional do OBSERVARE, subordinado ao tema «Guerra Mundial e Relações Internacionais: 100 anos depois de 1914», realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, em 2 e 3 de Julho de 2014; essa apresentação constitui um outro elemento para o resgatar – apenas como exemplo de entre todos os esquecidos – para uma posteridade que de certo modo só a história (o exercício de historiador) permite realizar.

Bibliografia

a) Monografias

AAVV (1922). *Livro de Ouro da Infantaria MCMXIV – MCMXVIII*. Lisboa: s. e..

ALMEIDA, Lourenço Chaves (2007). *Memórias de um ferreiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

BRUN, André (1983). *A malta das trincheiras*. Porto: Livraria Civilização Editora.

FIGUEIRA, João (2014). “No rescaldo da Grande Guerra: a atribuição de pensões de sangue – aspectos sociais, económicos e financeiros”, Texto a apresentar no *Encontro – A*

Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e representações (a realizar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 9 e 10 de Outubro de 2014; texto no prelo).

GONÇALVES, Horácio de Assis (1926). *"O Vinte e Três": efemérides biográfico-sintéticas dêste Regimento até aos fins da Grande Guerra*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.

MARQUES, Isabel Pestana (2002). *Os portugueses nas trincheiras. Um quotidiano de guerra*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

MARQUES, Isabel Pestana (2008). *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

b) Periódicos

Boletim da Previdência Social

Comarca de Arganil (A)

Despertar (O)

Ecos do Alva

Ilustração Portuguesa

c) Arquivos

Arquivo Geral do Exército (Chelas, Lisboa)

Arquivo Histórico Militar (Santa Apolónia, Lisboa)

Biblioteca do Quartel-General da Brigada de Intervenção (Coimbra)

Ministério das Finanças (Lisboa)

Universidade de Coimbra



Foto: *Carte de visite* do soldado António da Silva (1916).